

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE – FANESE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA E DA
FAMÍLIA

TACIARA LEAL DE SANTANA

A PRÁTICA CLÍNICA DO CIRURGIÃO-DENTISTA E O PORTADOR DE
NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE´S) NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

ARACAJU-SE

2014

TACIARA LEAL DE SANTANA

A PRÁTICA CLÍNICA DO CIRURGIÃO-DENTISTA E O PORTADOR DE
NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE'S) NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Artigo apresentado como pré-requisito parcial para conclusão da disciplina Metodologia dos Trabalhos Acadêmicos do Curso de Pós – graduação em Gestão em Saúde Pública e da Família da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE.

ARACAJU-SE

2014

A prática clínica do cirurgião-dentista e o Portador de Necessidades Especiais (PNE's) no Sistema Único de Saúde- SUS.

Taciara Leal de Santana¹

RESUMO

De acordo com a Constituição de 1988 todos os brasileiros tem o direito a saúde mencionados na Lei nº 8.080/1990 que rege o Sistema Único de Saúde - SUS. Com isso o portador de necessidades especiais apresentam todos os mesmos direitos citados nos princípios do SUS. No Brasil, a discussão quanto ao acesso à atenção odontológica especializada no sistema público é recente. Um fato concreto é que a pessoa com deficiência, na nossa sociedade, ainda sofre de discriminação e preconceito, devido as suas condições físicas e psicológicas sendo considerado um ser inferior tornando-se, assim, objeto de preconceitos. A atenção aos pacientes com necessidades especiais, portanto, deve ser realizado por um odontólogo, inserido em uma equipe multidisciplinar, engajada em programas de saúde que observem não só os aspectos ligados à deficiência em si, mas também os aspectos psicológicos que permeiam as inter-relações profissional deficiente-família, as condições de vida e o contexto social no qual o deficiente e seus familiares estão inseridos, prestando-lhes atendimento integral em todos os níveis de complexidade.

Palavras-chave: Deficientes; odontólogo; atendimento

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição de 1988 todos os brasileiros tem o direito a saúde mencionados na Lei nº 8.080/1990 que rege o Sistema Único de Saúde - SUS. Com isso o portador de necessidades especiais apresentam todos os mesmos direitos citados nos princípios do SUS (FREIRE, 2011). A Associação Internacional de Odontologia ao Portador de Necessidades Especiais usam vários critérios para que uma pessoa seja considerada portador de alguma necessidade, podendo apresentar algumas patologias como desvios de inteligência sociais psíquicos e comportamentais, defeitos físicos e congênitos, deficiências sensorial e de audiocomunicação, doenças sistêmicas e crônicas e endócrino-metabolica em estados físicos especiais (DINIZ, 2012).

No Brasil, a discussão quanto ao acesso à atenção odontológica especializada no sistema público é recente (BARROS; BERTOLDI, 2002; CHAVES *et al*,2011). A Lei Orgânica da Saúde preconiza como um de seus princípios o acesso universal e gratuito aos serviços e ações de saúde, sendo a utilização dos serviços odontológicos um item que permite uma aproximação a esse elemento,

contribuindo para identificar como esse acesso pode ser obtido de forma a permitir a melhoria de uma saúde bucal da população brasileira (NORO *et al*, 2008).

Embora responsável por um percentual ainda pequeno do atendimento odontológico, o SUS vem ampliando a organização e oferta dessa modalidade de serviços. Os projetos de atenção à saúde bucal que vêm sendo organizados necessitariam, por sua vez, ter sua eficácia, efetividade e eficiência estudada e avaliada. (BARROS, 2006).

A incorporação da Odontologia na estratégia do Programa de Saúde da Família (PSF) se deu em dezembro do ano 2000, através da Portaria 1.444 de 28 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000). Por meio desta, o Ministério da Saúde definiu a composição das Equipes de Saúde Bucal (ESB) e instituiu o incentivo financeiro para a reorganização da atenção odontológica no SUS. Assim, a implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) contribuiu para a reordenação do modelo assistencial, priorizando a integralidade, o desenvolvimento de ações de prevenção junto à comunidade, e a construção de relações permanentes entre os profissionais da saúde e a população assistida. No âmbito da saúde bucal, o Programa Brasil Sorridente (implantado no ano de 2004) tem favorecido a qualificação da Odontologia na Atenção Básica por meio do financiamento, ampliação dos serviços e incorporação dos princípios e diretrizes que norteiam o SUS (CAVALCANTI, 2011).

Os profissionais amparados na falta de conhecimento teórico, na carência de habilidades clínicas e, portanto, sentindo-se inseguros e intimidados, assumem atitudes negativas ou não prestam atendimento às pessoas com necessidades especiais fazendo com que esses pacientes sejam encaminhados para vários profissionais e, por fim, não recebem o tratamento de que necessitam, aumentando, com isso, os riscos de comprometer sua saúde bucal e sua qualidade de vida (PAULO, 2010).

O atendimento odontológico dedicado aos portadores de necessidades especiais deve estar direcionado a prevenção e ao tratamento que necessita de um planejamento proporcionando um procedimento seguro tanto para o profissional quanto para o paciente(CAVALCANTI, 2011).

O objetivo desse trabalho é pontuar a prática clínica do cirurgião dentista com os portadores de necessidades especiais.

2 METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica, baseada na leitura seletiva de material de pesquisa, exploratória e descritiva buscando associação de vários estudos de maneira compreensível, dentro do período de janeiro a agosto de 2014.

O levantamento bibliográfico ocorrerá na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na base de dados, Literatura Latino Americana e do Caribe (LILACS), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), PubMed utilizando o tema sobre o atendimento dos odontólogos aos portadores de necessidades especiais citados e cadastrados nos Descritores em Ciência da Saúde (DECS) criado pela Biblioteca Virtual em Saúde.

Foram encontrados 8 (100%) estudos relacionados A prática clínica do cirurgião-dentista e o Portador de Necessidades Especiais (PNE's) no Sistema Único de Saúde- SUS. Dentro da análise do artigo foram encontrados todos os fatores que podem levar ao problema abordado e ao tema escolhido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-PNE

Muitos profissionais no atendimento odontológico encontram problemas no momento da assistência aos Portadores de Necessidades Especiais. O maior desafio da assistência está direcionada ao preconceito que esses pacientes sofrem na sociedade e principalmente por muitos profissionais de saúde (DINIZ, 2012).

Segundo Freire (2011) nem todos os pacientes com deficiência, assim como nem todos os pacientes com necessidades especiais vão necessitar de atenção odontológica diferenciada, contudo grande parte destes indivíduos que não se adequam ao conceito de "normalidade" tendem a experimentar dificuldades e vulnerabilidades no que se refere às condições de educação, lazer, trabalho e acesso a serviços de saúde .

Pessoas com deficiência têm sido negligenciadas quanto aos aspectos de assistência e atendimento à saúde específicos da sua condição, assim como têm estado em situação de desvantagem com relação à assistência a doenças e agravos comuns a qualquer outro cidadão. Grande parte destas pessoas, além de sofrer mais necessidades de internações hospitalares, sofre mais doenças crônicas,

fazendo com que também haja menos consultas ambulatoriais, entre elas, as consultas odontológicas (FREIRE, 2011).

Um fato concreto é que a pessoa com deficiência, na nossa sociedade, ainda sofre de discriminação e preconceito, devido as suas condições físicas e psicológicas sendo considerado um ser inferior tornando-se, assim, objeto de preconceitos (FREIRE, 2011).

3.2 OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E O SUS

Os Portadores de Necessidades Especiais possuem de porta de entrada do SUS as unidades de atenção básica (DINIZ, 2012).

A atenção à saúde das pessoas com deficiência é um dos aspectos fundamentais na inclusão destas na sociedade e caminha em estreita relação com outros aspectos das condições de vida, como educação, trabalho e lazer contendo um papel importante da família e modo esse contexto. Neste sentido, promover a inclusão social significa tomar como recurso teórico-conceitual a categoria equidade (BARROS, 2006).

A equidade, na implementação de políticas, significa não tratar de forma igual os desiguais, uma vez que a ideia de igualdade não se sustenta em si, mas é impregnada de valores morais e historicamente contextualizada. Assim, a busca pela equidade dar-se-ia através da criação de programas que privilegiem os grupos populacionais mais despossuídos para favorecer o acesso aos serviços, entendendo-se que este deve ser o objetivo fundamental das políticas públicas de saúde (BARROS, 2006).

A atenção aos pacientes com necessidades especiais, portanto, deve ser realizado por um odontólogo, inserido em uma equipe multidisciplinar, engajada em programas de saúde que observem não só os aspectos ligados à deficiência em si, mas também os aspectos psicológicos que permeiam as inter-relações profissional deficiente-família, as condições de vida e o contexto social no qual o deficiente e seus familiares estão inseridos, prestando-lhes atendimento integral em todos os níveis de complexidade(DINIZ, 2012; FREIRE, 2011).

Deve ser observado um atendimento odontológico diferenciado aos indivíduos especiais levando ao odontólogo levantar o histórico do paciente facilitando o exame bucal e a execução do plano de tratamento para que as possíveis doenças bucais não venham comprometer a saúde do paciente (DINIZ, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Portadores de Necessidades Especiais apresentam muitas dificuldades relacionados a sua saúde bucal. A atenção a esse serviço pelo SUS é insuficiente as prioridades necessárias para a garantia de uma boa saúde oral. Essas informações acontecem por não ocorrer uma política pública específica para os PNE's

O SUS traz na sua lei que "a saúde é direito de todos e dever do estado" e que a saúde deve ser universal e tratada com equidade mas para observamos que para os portadores de necessidades especiais isso não acontece de forma completa.

Outro fator importante para essa situação é a falta de profissionais qualificados para fazer esse tipo de atendimento. Muitos não sabem agir diante a esses pacientes não dando a atenção especial e não agindo com paciência e tolerância. A falta de informação dos familiares faz com que quando o paciente consiga ser atendido a um profissional qualificado não venham a ter um tratamento preventivo.

ABSTRACT

According to the 1988 Constitution all Brazilians have the right to health mentioned in law nº 8080/1990 governing the Unified Health System - SUS. With this carrier with special needs have the same rights cited in the principles of the NHS. In Brazil, the discussion about access to dental care specialist in the public system is recent. A concrete fact is that the disabled person in our society still suffers from discrimination and prejudice due to their physical and psychological condition is considered an inferior being, thus becoming the object of prejudice. The attention to patients with special needs, therefore, must be performed by a dentist, inserted in a multidisciplinary team engaged in health programs to observe not only the various aspects of disability itself, but also the psychological aspects that permeate the international professional-deficient family relationships, living conditions and the social context in which the poor and their families are included, providing them comprehensive care in all levels of complexity.

Keywords: Disabled; dentist; care

5 REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. D.; BERTOLDI, A. D.; **Desigualdades na utilização e no acesso a serviços odontológicos: uma avaliação em nível nacional**, Ciênc. saúde coletiva vol.7 no.4 Rio de Janeiro 2002

BARROS, M. B. de A.; **Eqüidade e saúde**, Epidemiol. Serv. Saúde vol.15 no.4 Brasília Dec. 2006.

CAVALCANTI, Y. W.; **Saúde bucal na atenção básica: protocolo de assistência integral odontológica**, Monografia (Graduação) – UFPB/CCS- João Pessoa: [s.n.], 2011.85 f.

CHAVES, S. C. L. *et al*; **Avaliação da oferta e utilização de especialidades odontológicas em serviços públicos de atenção secundária na Bahia, Brasil**, Cad. Saúde Pública vol.27 n.1 Rio de Janeiro Jan. 2011

DINIZ, F. R. **Assistência odontológica direcionada aos indivíduos com necessidades especiais na atenção primária**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva . Corinto, 2012.

FREIRE, A. L. A. e S. de S.; **Saúde bucal para pacientes com necessidades especiais: análise da implementação de uma experiência local**. / Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011, 254 f.

NORO, L. R. A. *et al*; **A utilização de serviços odontológicos entre crianças e fatores associados em Sobral, Ceará, Brasil**, Cad. Saúde Pública vol.24 no.7 Rio de Janeiro July 2008.